

# TERRITÓRIO RURAL DE IDENTIDADE LITORAL NORTE DO RIO GRANDE DO SUL: O CARÁTER INOVADOR DE SUA CONSTITUIÇÃO E SEUS DESDOBRAMENTOS

Monique **MEDEIROS**<sup>1</sup>  
Universidade Federal do Pará (UFPA)

Ademir Antônio **CAZELLA**<sup>2</sup>  
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Andréia **TECCHIO**<sup>3</sup>  
Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas (UFSC)

**Resumo:** *O presente artigo analisa a constituição do Território Rural de Identidade Litoral Norte do Rio Grande do Sul, enfatizando a importância do caráter inovador das articulações sociotécnicas que a respaldaram. Para tanto, as informações de campo obtidas, entre agosto de 2013 e abril de 2016, junto a mediadores sociais e famílias de agricultores, por meio de observação participante e entrevistas semiestruturadas, foram analisadas à luz da abordagem teórica de Produção de Novidades. A investigação evidencia que a constituição desse território irradia consequências para além da reprodução socioeconômica dos agricultores familiares, fortalecendo vínculos sociais e reconectando-os à natureza. Ainda perante o atual contexto político-econômico brasileiro e a contingência de políticas públicas voltadas à agricultura familiar, a novidade organizacional que configura esse território se evidencia como um processo constante de “aprender-fazendo”, não se tratando unicamente do resultado de uma relação de causa e efeito, a qual prospera meramente com o suporte do Estado.*

**Palavras-chave:** *Desenvolvimento Territorial. Atores Sociais. Produção de Novidades.*

**Abstract:** *This paper analyzes the constitution of the Rural Territory Identity of the North Coast of Rio Grande do Sul, emphasizing the importance of the innovative character of the sociotechnical articulations that supported it. In order to do this, the field information obtained, between August 2013 and April 2016, with social mediators and farming families, through participant observation and semi-structured interviews, were analyzed in light of the theoretical approach of Novelty Production. The research shows that the constitution of this territory radiates consequences beyond the socioeconomic reproduction of family farmers, strengthening social bonds and reconnecting them to nature. Still, given the current Brazilian political-economic context and the contingency of public policies aimed at family agriculture, the organizational novelty that configures this territory is evidenced as a constant process of "learning-doing", not being solely the result of a relationship of cause and effect, which thrives merely with the support of the State.*

**Keywords:** *Territorial Development. Social Actors. Novelty Production.*

<sup>1</sup> Professora do Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas da Universidade Federal do Pará (PGAA/UFPA). *E-mail:* mmedeiros@ymail.com.

<sup>2</sup> Professor titular do Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas da Universidade Federal de Santa Catarina (PGA/UFSC). *E-mail:* aacazella@gmail.com.

<sup>3</sup> Pós-Doutoranda em Agroecossistemas no PGA/UFSC. *E-mail:* deiatecchio@yahoo.com.br.

## 1 Introdução

As relações socioespaciais e identitárias podem ser construídas e mobilizadas em um território como estratégia para enfrentar os desafios da integração no contexto de uma economia globalizada. Nessa perspectiva, o território é compreendido para além de um espaço delimitado por peculiaridades ou atividades produtivas semelhantes com fronteiras geográficas estabelecidas, como construto sociocultural, resultante das ações de atores sociais em busca da resolução de problemas compartilhados (BONNAL; CAZELLA; DELGADO, 2012; PECQUEUR, 2005).

Tendo em vista que seu delineamento se dá tanto pelo modo como os atores ali se organizam quanto pela significação que lhe é atribuída, o território constitui um sistema de valores que assegura a regulação e a integração dos comportamentos individuais, que se mantém e se renova ao longo da história (PECQUEUR, 2005). Para tanto, uma dinâmica de acumulação coletiva de conhecimento e de saber-fazer se faz necessária (COURLET; PECQUEUR, 1996). A riqueza e o dinamismo desses processos geram um cenário onde estão imersas constantes transformações do espaço e das práticas nele desenvolvidas.

Assim, é esperado que haja condições sociotécnicas favoráveis à “Produção de Novidades” (*Novelty Production*) na agricultura. Essa noção foi cunhada a partir da necessidade de evidenciar fenômenos “inovadores” em curso nos espaços rurais. Uma novidade pode ser entendida como uma modificação ou uma quebra de rotinas existentes, ou consistir em uma nova prática ou modo de fazer, presumivelmente com potencial para promover melhorias nas rotinas existentes (PLOEG *et al.*, 2004). Tais modificações ou quebras de rotinas não contemplam apenas aquelas relacionadas ao processo produtivo, podendo estar relacionadas com formas de organização da produção e com a criação e consolidação de organizações sociais e arranjos institucionais.

Se, de um lado, a emergência de novidades tem um impacto significativo sobre a definição ou redefinição da territorialidade, devido à internalização ou à endogeneidade de práticas envolvidas nessa construção (OOSTINDIE; BROEKHUIZEN, 2008), de outro lado, há a possibilidade do território influenciar diretamente na configuração de tais novidades (BELLEMARE; KLEIN, 2011).

Em razão de sua constituição implicar na adoção de novos comportamentos, reformas e reorganizações dos modos de trabalhar, de compreender a natureza e de mobilizar recursos (OOSTINDIE; BROEKHUIZEN, 2008), as novidades são continuamente submetidas ao teste e ao julgamento social. Assim, sua manutenção, extinção ou ampliação está diretamente

associada ao uso social que lhe é atribuído. Esse uso social, por sua vez, é influenciado por um trabalho político, geralmente realizado por uma liderança individual ou coletiva. A liderança é exercida de forma a favorecer uma mobilização de recursos que facilitarão a inserção da ideia inovadora nas relações sociais ampliadas (FONTAN, 2011).

Este artigo visa analisar a constituição do Território Rural de Identidade Litoral Norte do Rio Grande do Sul, enfatizando a importância do caráter inovador das articulações sociotécnicas que o respaldam. Para tanto, a abordagem teórica da Produção de Novidades foi mobilizada na realização da análise de informações de campo, obtidas junto a mediadores sociais e famílias de agricultores em atividades cotidianas, como o trabalho nas feiras livres, nos encontros e reuniões, nas atividades das lavouras e em sua relação com pesquisadores e gestores públicos atuantes na região<sup>4</sup>.

As atividades acima citadas foram realizadas, na primeira fase, entre agosto de 2011 e agosto de 2013, e, na segunda fase, entre setembro de 2013 e julho de 2016, na condição, respectivamente, de extensionista rural e pesquisadora de uma das autoras deste artigo. A atuação como extensionista foi realizada junto à Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural/Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural (EMATER/ASCAR – RS), instituição do serviço oficial de extensão rural do Estado.

Essas informações foram geradas por meio de ferramentas metodológicas essencialmente qualitativas, realizadas em municípios localizados no Litoral Norte do Rio Grande do Sul. Tais ferramentas compreenderam a pesquisa documental, a observação participante e 64 entrevistas semiestruturadas, dentre as quais 38 foram direcionadas a agricultores familiares e 26 a mediadores sociais atuantes na região.

Para além desta introdução, o artigo está dividido em quatro seções principais: na primeira, a discussão acerca da perspectiva de Produção de Novidades é aprofundada e, na segunda, o foco é direcionado às experiências dos agricultores familiares da região na construção da novidade organizacional, que resultaram na consolidação do Território Rural de Identidade Litoral Norte do Rio Grande do Sul. Na terceira seção, a institucionalização desse território é analisada. E, na quarta, as considerações finais ressaltam o caráter inovador das articulações entre atores sociais que respaldaram essa institucionalização, indicando também a implicação do atual contexto político-econômico brasileiro e da contingência de políticas

---

<sup>4</sup>Esta pesquisa de campo está correlacionada à tese de doutorado da primeira autora, realizada junto ao Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas da Universidade Federal de Santa Catarina, defendida em setembro de 2017.

públicas voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar, na consolidação das mudanças sociotécnicas desencadeadas.

## 2 “Novidades” nas discussões sobre desenvolvimento

A noção de Produção de Novidades (*Novelty Production*) foi originalmente difundida por meio da publicação organizada por Ploeg *et al.* (2004). Essa noção busca evidenciar a complexidade dos distintos estilos de agricultura e se opõe à ideia de inovação normalmente conectada a fatores como a standardização, a externalização e a globalização de práticas e artefatos. As novidades realizam “quebras” e “desclassificações” em relação à lógica hegemônica da sociedade e do contexto institucional (OOSTENDIE; BROEKHUIZEN, 2008; WISKERKE; PLOEG, 2004). Já as inovações, em especial as tecnológicas de largo alcance, buscam a substituição de fatores de produção limitantes por artefatos manufaturados pela indústria e se adequam a determinados interesses que induzem a mudanças institucionais, cujo cerne é a acumulação capitalista (PLOEG *et al.*, 2004).

A partir da análise de vários estudos dedicados a investigar processos inovadores endógenos em espaços rurais, que rompem com padrões e normas estabelecidos pelo regime dominante, Oostindie e Broekhuizen (2008) identificam quatro distintas trajetórias de emergências de novidades. A primeira delas se refere ao “melhoramento dos recursos”. Nessa trajetória, a natureza é construída, reconstruída e diferenciada dentro de um longo processo histórico, no qual emergem particularidades que evidenciam características dos recursos naturais envolvidos. Por sua vez, ao serem resultantes de processos de coprodução, esses recursos são moldados e remodelados por intermédio da constante interação sociedade-natureza.

A segunda trajetória diz respeito à “sintonia fina” entre o agricultor e uma extensa lista de fatores de crescimento<sup>5</sup>, continuamente identificados e corrigidos. Seguindo a teoria dos fatores limitantes, o fator de crescimento que fica abaixo da necessidade limita todo o processo de desenvolvimento de uma dada atividade agrícola naquela localidade. Portanto, a sintonia fina no ajuste desses fatores, muitas vezes, é o que propicia a emergência de uma novidade. Trata-se de um processo dinâmico, pois ao corrigir o fator limitante original, outro pode surgir em seu lugar.

---

<sup>5</sup>Como fator de crescimento para agricultura entende-se o conjunto de características determinantes de limitações e potencialidades de processos de produção agrícola. São exemplos a inclusão de nutrientes na composição do solo, a capacidade de absorção desses nutrientes pelas raízes das plantas e a disponibilidade de água no solo ao longo do tempo (OOSTINDIE; BROEKHUIZEN, 2008).

A terceira trajetória está associada à “transposição de fronteiras”, ou seja, à inclusão de novos domínios e atividades por parte dos agricultores. Entre essas atividades podem ser citadas a transformação e a comercialização de alimentos, medidas e estratégias relacionadas à proteção da natureza, entre outras. Quando essas ações implicam na expansão das fronteiras de intervenção para além das unidades de produção, podem surgir organizações e redes sociais bem mais complexas. Dessa maneira, novas experiências são traduzidas em novos conhecimentos que, por sua vez, inspiram novas práticas.

A última trajetória se refere ao “reordenamento de uso dos recursos”. Ao abordar a conexão de elementos de modo inovador, tal reordenamento não se restringe aos limites da unidade de produção, tampouco às atividades agrícolas *stricto sensu*. Isso implica em compreender que a novidade pode surgir da inter-relação com elementos pertencentes, inclusive, a setores não agrícolas. As trajetórias associadas à emergência de novidades não necessariamente acontecem linearmente na ordem apresentada. Elas podem ser concomitantes e seguir uma ordem aleatória, visto que estão diretamente relacionadas às tomadas de decisão dos atores sociais frente às situações específicas do cotidiano.

O sucesso de uma novidade, seu desenvolvimento no nível micro e territorial, bem como o fortalecimento que propicia sua exposição gradativa às condições do nível de macroescala (MOORS *et al.*, 2004), repousam sobre sua natureza objetiva, mas sobretudo sobre a natureza subjetiva das vantagens que a novidade possibilitará aos atores sociais implicados. Produtores, consumidores, comunidades identitárias e distintos grupos sociais julgam uma proposição inovadora sobre a base de interesses que ela lhes possibilita. Um julgamento positivo é realizado quando a novidade oferece vantagens para aumentar o poder político e econômico dos atores em um dado território (FONTAN, 2011). Para além do julgamento dos atores sociais no nível micro, a consolidação de uma novidade resulta da inter-relação entre uma nova forma de pensar e agir desses atores e o contexto organizacional, e relaciona-se diretamente com um quadro institucional conjuntural (FONTAN, 2011). O alinhamento dos processos que ocorrem nos distintos níveis (do micro ao macro) é o que facilitará sua estabilização, como será evidenciado a seguir.

### **3 A emergência de uma novidade organizacional em campo**

O Litoral Norte do estado do Rio Grande do Sul é composto por 21 municípios, os quais totalizam uma área de 7.115,8 km<sup>2</sup> e população de 323.112 habitantes. Da população total, 83% residem nos espaços considerados urbanos e 17% nas zonas rurais (IBGE, 2010). A região é

culturalmente diversa, incluindo grupos da sociodiversidade brasileira, como povos indígenas e comunidades quilombolas. As produções agropecuárias mais expressivas variam entre o cultivo de arroz, de banana e de olerícolas até a pecuária e a pesca (COELHO-DE-SOUZA *et al.*, 2015). Em relação à comercialização desses produtos, em especial das frutas e hortaliças, as oportunidades de acesso a mercados se concentram nos municípios litorâneos, que apresentam um expressivo fluxo de turistas no verão, em especial Torres e Capão da Canoa, e na região metropolitana de Porto Alegre, capital do estado, onde está situada a Central de Abastecimento do Rio Grande do Sul (CEASA/RS).

Nos municípios litorâneos, as entregas de produtos dos agricultores nos estabelecimentos comerciais localizados à beira das rodovias, que levam às praias, e mesmo as vendas a domicílio são relevantes. Entretanto, a comercialização para a CEASA é a mais significativa, devido à alta quantidade de produtos demandados em fluxo contínuo. Para a maioria dos agricultores familiares, a comercialização na CEASA depende de agentes atravessadores que transportam a produção até os pontos de comercialização. Já o comércio nos municípios litorâneos fica restrito à época de veraneio, período em que o fluxo de turistas aumenta o consumo local.

Frente a esse cenário, em setembro de 2006, um coletivo de 27 agricultores familiares de três municípios da região constituiu a Cooperativa Mista de Agricultores Familiares de Itati, Terra de Areia e Três Forquilhas (COOMAFITT). Essa organização surgiu com o propósito de criar novos espaços de troca de informações, bem como para facilitar o acesso a diferentes mercados de comercialização de produtos das unidades agrícolas familiares. Com apoio de extensionistas rurais vinculados à EMATER/ASCAR – RS, essa cooperativa vem se fortalecendo e se expandindo.

A troca de informações técnico-administrativas e a construção de laços de confiança entre os agricultores e os mediadores sociais fizeram com que os representantes da COOMAFITT se conectassem a outras organizações da agricultura familiar. Desse modo, essa Cooperativa estabeleceu vínculos com a Cooperativa de Consumo e Comercialização dos Pequenos Produtores Rurais do Litoral Norte (COOPVIVA). Sediada em Osório, a COOPVIVA também é constituída por agricultores familiares e conta com a assessoria de extensionistas rurais da EMATER.

A articulação entre as duas cooperativas partiu do interesse em viabilizar aspectos logísticos, como a entrega compartilhada de alguns produtos por meio do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Os alimentos adquiridos pelo PAA são destinados às pessoas em situação de insegurança alimentar

e nutricional, aos atendidos pela rede socioassistencial e às organizações de alimentação e nutrição. Já pelo PNAE, os alimentos adquiridos dos agricultores familiares são ofertados aos alunos de escolas públicas de educação básica (MEDEIROS, 2017).

Esses canais de comercialização, de forma mais significativa o PNAE, se constituíram nos mercados mais importantes da produção das famílias cooperadas. Por meio do PAA, os 208 agricultores cooperados à COOMAFITT, atualmente, vêm conseguindo atender à demanda de um grupo hospitalar de Porto Alegre, do restaurante universitário da Universidade Federal de Santa Maria e de mais três prefeituras municipais do Litoral Norte. Com o suporte do PNAE, esses agricultores entregam alimentos para quinze municípios.

Dinâmica semelhante ocorreu com a COOPVIVA que, composta atualmente por 53 associados, fornece produtos via PAA aos municípios de São Leopoldo e Porto Alegre e para a alimentação escolar de nove municípios por meio do PNAE. Segundo levantamentos realizados pelos setores administrativos de ambas as cooperativas, até meados de 2017, suas ações beneficiavam mais de 65 mil pessoas pelo PAA e em torno de 350 mil pelo PNAE.

A abrangência dessas iniciativas passa pela mediação de diversificados atores que atuam como animadores e facilitadores de processos de construção de desenvolvimento rural. Essa mediação é realizada de forma mais regular e intensa pela EMATER/ASCAR – RS e por duas Organizações Não Governamentais (ONG): Ação Nascente Maquiné (ANAMA)<sup>6</sup> e Centro Ecológico<sup>7</sup>. As ações de assessoria dessas organizações vêm se mostrando significativamente importantes às mudanças de paradigmas da agricultura familiar da região.

Os resultados favoráveis dessas articulações, que explicitam a constante transposição de fronteiras e reordenamento de recursos que lhe são intrínsecos, também permitiram que as incertezas de natureza técnico-ecológicas, principalmente quanto à mudança de sistema de produção do convencional para o ecológico<sup>8</sup>, fossem minimizadas para os associados de ambas as cooperativas. Nesse sentido, muitas iniciativas foram aperfeiçoadas devido à mescla de

<sup>6</sup> Fundada em 1997, a ANAMA concentra seus trabalhos de pesquisa e de extensão rural no município de Maquiné e seu entorno. A ONG busca realizar a mediação entre a realidade local e outras instâncias institucionais ligadas à pesquisa, extensão, ação comunitária, movimentos sociais organizados e formulação de políticas públicas, tendo como linha condutora a questão ambiental aliada à valorização da diversidade cultural. Para tanto, conta com a parceria de diferentes grupos e instituições locais e com o financiamento do Governo Federal (ANAMA, 2015).

<sup>7</sup> Criada em 1985, no município de Ipê, região Serrana do Rio Grande do Sul, a ONG surge com o intuito de desenvolver a agricultura ecológica por meio de projetos e de assistência técnica junto às famílias de agricultores ecologistas. Desenvolve projetos financiados pelo Governo Federal e por instituições internacionais, como o KFW, banco alemão de desenvolvimento, em duas regiões distintas do Rio Grande do Sul: a Serra e o Litoral Norte (CENTRO ECOLÓGICO, 2010).

<sup>8</sup> Por meio de adaptações tecnológicas, que permitem o compartilhamento de técnicas autóctones e introduzidas, esse sistema de produção se diferencia do modelo de agricultura convencional por não fazer uso de agroquímicos e não ser dependente de recursos naturais não renováveis. As práticas vinculadas a tal sistema abrangem desde o respeito às criações de animais e preocupação em não gerar desperdícios, reaproveitando ao máximo o material que sobra de suas atividades, até a participação dos agricultores em ações coletivas.

noções e experiências entre atores sociais. Um exemplo disso é a implantação dos Sistemas Agroflorestais, que, no passado, era realizada pelos agricultores através do método de tentativa e erro, de combinação de plantio de espécies distintas em um mesmo ambiente, buscando principalmente aproveitamento de espaço físico de cultivo e sombreamento de plantas. Atualmente, com base em um constante melhoramento de recursos e “sintonia fina”, as experimentações foram repensadas de maneira a considerar distintos fatores, como a fertilidade do solo, o crescimento de espécies cultivadas e a manutenção da fauna local.

As inter-relações que vêm se constituindo no Litoral Norte do Rio Grande do Sul têm irradiado, para além da região, a ideia e a prática de uma nova relação da sociedade com a natureza, principalmente através do reforço à agricultura de base ecológica, desenvolvida por um número cada vez maior de agricultores. Esses arranjos entre distintos atores sociais ampliaram os processos de aprendizagem coletiva, seja porque a dinamização de vínculos aumentou as possibilidades de trocas de um relevante saber-fazer ou porque essa dinamização rompeu com o isolamento de muitas iniciativas semelhantes que se encontravam em andamento.

Com isso, uma nova dinâmica de desenvolvimento rural vem se desencadeando, tendo na base a busca da desconstrução do “convencional”, na medida em que questiona os limites do modelo hegemônico desenvolvimentista e propõe a construção de uma forma territorial de desenvolvimento que articula, em torno da produção agrícola, a otimização do uso de recursos naturais e a ampliação das relações sociais e da capacidade organizativa. Dessa maneira, evidencia-se que as mudanças sociais e técnicas em curso englobam não somente modificações nos padrões de produção, mas também as formas com que os agricultores reagem, se adaptam e reconstróem suas próprias relações com o meio (SABOURIN, 2009).

#### **4 A consolidação do Território Rural de Identidade Litoral Norte do Rio Grande do Sul**

O Litoral Norte do Rio Grande do Sul teve suas iniciativas territorializadas reconhecidas para além da esfera regional no ano de 2013, quando passou a ser um dos territórios institucionalizados por meio do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT)<sup>9</sup>. Apesar dessa inclusão ter ocorrido somente dez anos após a

---

<sup>9</sup> O PRONAT foi criado em 2003, no âmbito da então Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), com o objetivo principal de alavancar o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania em territórios, com predominância do público considerado prioritário pelo hoje extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário. Esse Programa repassava recursos financeiros não reembolsáveis para projetos produtivos de caráter intermunicipal, por intermédio da Ação de Apoio a Projetos de Infraestrutura e Serviços em Territórios Rurais (PROINF).



criação desse programa, assim como aconteceu com outros 73 territórios, o Território Rural de Identidade Litoral Norte do Rio Grande do Sul se distingue dos demais pela forma como se deu sua inserção na política do Governo Federal. No caso específico de sua conformação, as ações intercooperativas promovidas pelos atores sociais foram determinantes em tal inserção.

Após conhecerem iniciativas de construção de outros territórios no país e acionar atores sociais e políticos específicos, gestores da COOMAFITT e assessores da prefeitura do município de Itati foram os principais promotores da criação do Território Rural de Identidade Litoral Norte do Rio Grande do Sul. Dessa forma, o Território teve suas atividades oficialmente iniciadas em 2014, envolvendo 24 municípios<sup>10</sup>. Vale mencionar que o início dessas atividades esteve articulado à aprovação de um projeto submetido a uma chamada do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)<sup>11</sup>, por intermédio da SDT, da Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais e da Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República. Essa chamada, lançada em 2014, tinha como intuito principal o apoio à implantação e à manutenção de núcleos de extensão em desenvolvimento territorial, e previa apoiar financeiramente projetos, visando ações de extensão e pesquisa que envolvessem o assessoramento, acompanhamento e monitoramento das iniciativas de desenvolvimento territorial, acordadas em espaços de discussão dos Colegiados de Desenvolvimento Territorial (CODETER). A proposta de projeto foi elaborada por uma pesquisadora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que também é envolvida com os trabalhos cooperativos aqui analisados em curso no Litoral Norte do Rio Grande do Sul.

A articulação entre territorialidade e novidade demonstra claramente o papel e o lugar central que as dimensões social e política possuem na construção de novos projetos de desenvolvimento. A novidade não pode ser unicamente pensada sob o ângulo de sua utilidade ou finalidade. Trata-se, também, de um processo desencadeador de cooperação, negociação, compromisso, disputa, equilíbrio de forças, ou seja, heterogeneidades importantes na configuração desses projetos de desenvolvimento (FONTAN, 2011).

---

<sup>10</sup> A saber: Arroio do Sal, Balneário Pinhal, Capão da Canoa, Capivari do Sul, Caraá, Cidreira, Dom Pedro de Alcântara, Imbé, Itati, Mampituba, Maquiné, Morrinhos do Sul, Mostardas, Osório, Palmares do Sul, Riozinho, Santo Antônio da Patrulha, Tavares, Terra de Areia, Torres, Tramandaí, Três Cachoeiras, Três Forquilhas e Xangri-Lá.

<sup>11</sup> O MDA foi criado em 1999, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), e extinto por meio da Medida Provisória nº 726, pelo então Presidente da República Michel Miguel Elias Temer Lulia, no período que ocupou a presidência interinamente, devido à abertura do processo de *impeachment* da Presidente Dilma Vana Rousseff (2011-2016). Essa mesma Medida Provisória realocou determinadas funções do MDA à Casa Civil da Presidência da República e outras ao novo Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário, estabelecido no lugar do, até então, Ministério do Desenvolvimento Social.

A construção do desenvolvimento rural, além de ser significativamente dinâmica, alicerça-se, portanto, em uma dimensão política, passível de divergências e tensões, difusas nas micro e macrorrelações sociais. Essa dimensão justifica as tessituras que entrelaçam as perspectivas de território e poder (FONTAN, 2011). Nessa acepção, o CODETER representa o lócus de gestação e gestão das principais transformações sociotécnicas em curso no Litoral Norte. Suas reuniões tornaram-se espaços de discussão sobre distintos assuntos, que embasaram a criação das câmaras temáticas de gênero, saúde, política de desenvolvimento agrário, educação e juventude, meio ambiente, povos e comunidades tradicionais, comercialização e economia solidária e segurança alimentar e nutricional.

Esses espaços de trocas de informação e planejamento, organizados em 2015, favoreceram o diagnóstico de fragilidades específicas no território, como o desalinhamento entre a realidade dos jovens rurais e as oportunidades existentes de acesso à educação. A interação com outros atores sociais, possibilitada por meio de reuniões estaduais de territórios, foi um dos fatores que conduziu à construção, de forma articulada ao Território Rural de Identidade do MDA, de um “território de agroecologia”. Essa iniciativa se refere a um território descontínuo, do ponto de vista geográfico, que abrange municípios localizados fora do Litoral Norte do Rio Grande do Sul, como explica o coordenador do núcleo diretivo do Colegiado:

O território que a gente delimitou não ficou igual ao Território de Identidade do MDA. [...] Nosso território de agroecologia pega uma parte de cima da Serra também. [...]. Nos conecta porque temos frutas nativas, pinhão, uma série de coisas em comum. Nesse nosso território tem municípios que não estão no Território de Identidade do MDA, tem município, por exemplo, que só a metade dele faz parte desse território (Coordenador do núcleo diretivo do CODETER, Itati/RS, mar. 2016).

A definição desse território pelos próprios atores locais coloca em evidência um sistema de produção distinto do modelo de agricultura convencional, o qual é, reconhecidamente, dependente de recursos naturais não renováveis. Ainda que o delineamento do Território Rural de Identidade proporcione acesso a recursos financeiros, foram as discussões sobre a necessidade da distinção de um “território agroecológico”, suscitadas a partir da política territorial do MDA, que impulsionaram a ideia de construção de uma infraestrutura exclusiva para o recebimento, armazenamento e preparo dos produtos orgânicos no Litoral Norte do Rio Grande do Sul. Assim, contando com a possibilidade de apoio financeiro do PRONAT, os representantes do CODETER decidiram pela aprovação do projeto, que tem por objetivo

principal beneficiar a comercialização desses alimentos diferenciados e, com isso, fortalecer sua produção ou coleta na região<sup>12</sup>.

Como a cooperativa já tinha entre suas metas o propósito de ampliar a comercialização de produtos orgânicos, os argumentos da construção de tal entreposto foram fortemente defendidos por sua diretoria. A possibilidade de funcionamento desse entreposto vem estimulando agricultores de distintos locais a se orientarem pela lógica de produção orgânica, tendo em vista a consequente facilitação no processo de comercialização desses produtos.

A transformação de uma ideia em uma ação concreta demanda participação (CALLON, 1986) que, por sua vez, implica no incentivo de outros indivíduos, no aproveitamento das ocasiões e do trabalho coletivo para a superação dos obstáculos e resistências (FONTAN, 2011). No recorte empírico em questão, o próprio caráter territorial desse processo inovador faz com que a participação social seja debatida. Nesse sentido, as iniciativas que visam envolver mulheres e jovens nos espaços de discussão das câmaras temáticas das reuniões do CODETER somam-se às ações desenvolvidas pela mediação social local e reforçam a importância da inclusão desses grupos na configuração dos projetos de desenvolvimento do território.

O resultado dessas ações territoriais coloca em evidência as limitações encontradas nas formas de trabalho desenvolvidas pelos grupos organizados da região. Embora a COOMAFITT seja referência na continuidade das atividades de planejamento e avaliação coletiva entre seus associados, os problemas destacados pelos agricultores nesses espaços de discussão são igualmente parte da realidade de vida dos agricultores, que participam de outras organizações sociais do território. Isso implica não somente na identificação de problemas comuns, como também na tomada de decisões que buscam a melhoria dessas situações para além do contexto de uma única cooperativa.

Ainda em meio à institucionalização do Território Litoral Norte e seus desdobramentos em um conjunto de consequências positivas para uma importante parcela de agricultores locais, a continuidade do PRONAT, assim como de outras políticas públicas voltadas à agricultura familiar, é questionável perante as transformações significativas na estrutura de governo do país. Entre os anos 2016 e 2017, os recursos financeiros destinados ao PAA caíram de R\$ 526 milhões para cerca de R\$ 171 milhões, ou seja, aproximadamente, 67%, o que implicou diretamente na redução drástica do número de fornecedores e de entidades beneficiadas

---

<sup>12</sup>A proposta lançada pela COOMAFITT foi embasada na necessidade apontada pela Instrução Normativa (IN) número 18, sancionada, em maio de 2009, conjuntamente pelo Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e pelo Ministro da Saúde; esse documento aprova o regulamento técnico para o processamento, armazenamento e transporte de produtos orgânicos (BRASIL, 2003). De acordo com essa IN, todos os produtos orgânicos devem ser processados, armazenados e transportados separadamente dos produtos não orgânicos.

(SAGI/MDSA, 2017). Já em relação ao PRONAT, os recursos investidos no ano de 2015 foram de R\$ 81 milhões, o que possibilitou a execução de 230 projetos. Apesar de não terem sido encontradas informações oficiais acerca dos recursos destinados a essa política e do número de projetos desenvolvidos no ano de 2017, os atores sociais envolvidos no CODETER do Litoral Norte do Rio Grande do Sul revelaram que não houve nenhuma liberação de recursos nem a aprovação de novos projetos nesse ano.

Tais transformações já vêm influenciando, para além das estratégias individuais dos agricultores familiares do Litoral Norte do Rio Grande do Sul, as ações dos dispositivos públicos de promoção do desenvolvimento rural. Existe, inclusive, a forte probabilidade de não execução dos projetos anteriormente aprovados por meio do PRONAT, como, por exemplo, o de construção do entreposto específico para produtos orgânicos no Território Litoral Norte.

Entretanto, *pari passu*, a intensificação de desafios relacionada à complexidade do contexto social, à criatividade e à habilidade desses atores na busca constante por diferentes estratégias, sejam elas de resistência ou de reação, é ampliada. Aliada às feiras, a participação em pregões de prefeituras municipais do estado vem garantindo a renda dos sócios da COOMAFITT, desde o final de 2016. Nesses pregões, que se referem a uma modalidade de licitação para aquisição de gêneros alimentícios, a disputa entre os ofertantes acontece por meio de propostas e lances sucessivos, que têm como partida um valor estimado pelo comprador. Muito embora, nesses processos de comercialização, os agricultores familiares não possuam qualquer vantagem na concorrência com grandes agricultores e comerciantes intermediários, os resultados dessas vendas se mostram satisfatórios aos associados em questão.

Além disso, o apoio de consumidores organizados em sistema de cooperação também tem sido importante para a consolidação da novidade. O estreitamento recente de laços entre a COOMAFITT e a Cooperativa de Consumo GiraSol tem levado a um processo de reconstrução de realidades sociais distintas. Conhecendo os processos administrativos do funcionamento de uma cooperativa, os administradores da COOMAFITT participaram ativamente na constituição da cooperativa de consumidores, sediada em Porto Alegre. Atualmente, a COOMAFITT oferta, à cooperativa de consumidores, produtos orgânicos como banana-prata, ora-pro-nóbis<sup>13</sup> e chips de banana verde, além de outros alimentos produzidos em sistema convencional, tais como mel, mandioca descascada e higienizada, batata-inglesa, berinjela e abobrinha italiana. Outras

<sup>13</sup> Cientificamente denominada *Pereskia aculeata*, a ora-pro-nóbis é originária do continente americano, onde possui ampla distribuição – desde o sul dos Estados Unidos até a Argentina, passando pelas ilhas do Caribe. Cactácea, perene, rústica e resistente à seca, é também conhecida popularmente como a “carne dos pobres”, por ser altamente rica em proteína. Embora muito utilizada no passado na alimentação humana, é incluída no conjunto de plantas que foi sendo substituída por alimentos oriundos de mercados globalizados e que, atualmente, ressurge nas mesas dos consumidores como uma planta alimentícia não convencional (RIBEIRO *et al.*, 2013).

formas de resiliência com potenciais na retroalimentação da novidade são as tendas da beira da estrada Rota do Sol<sup>14</sup>. Nesses espaços, construídos para o comércio de distintos produtos, uma diversidade de alimentos é comercializada, sobretudo os agroindustrializados em estruturas não legalizadas. Dessa forma, garantem renda inclusive aos agricultores que não fazem parte das cooperativas da região por distintos motivos. Dentre estes, os mais conhecidos são o desprovisionamento de renda para se associar às organizações sociais e o não enquadramento nos pré-requisitos das cooperativas quanto ao processamento de seus produtos em agroindústrias legalizadas.

## 5 Considerações finais

No Litoral Norte do Rio Grande do Sul, as transformações promovidas por distintos atores sociais possuem como objetivo central a busca de melhorias da condição de vida no campo, por meio de estratégias organizacionais inovadoras. Essas estratégias articulam distintos atores sociais na geração de rearranjos em relações sociais e de trabalho que valorizam os conhecimentos locais e a diversidade socioambiental, ao mesmo tempo que fundamentam a construção de mercados agroalimentares voltados às peculiaridades desse território em construção. As consequências de processos de intercooperação estão na origem da oficialização de um Território Rural de Identidade, o qual tem possibilitado o acesso a recursos financeiros para projetos coletivos.

Os apoios governamentais provenientes tanto de políticas públicas de compra de alimentos quanto de políticas de desenvolvimento territorial irradiaram consequências para além da ampliação e diversificação da produção ecológica no território. Essas conexões influenciaram diretamente a incorporação de novas famílias de agricultores nas construções de mercados agroalimentares. Entretanto, ainda que tenha havido o reconhecimento público de que essas construções organizacionais coletivas desencadeiam significativos processos de aprendizado, com o estabelecimento de relações de reciprocidade, construção de conexões que levam ao reordenamento no uso de recursos naturais e sociais e transposições de fronteiras das unidades produtivas, reitera-se a necessidade de análise dos entraves atuais a tais construções territoriais.

Os percursos decorrentes da diminuição dos incentivos por parte do Estado vêm demonstrando que o futuro dos agricultores familiares brasileiros, em especial o dos mais

<sup>14</sup> Rica em paisagens naturais, a Rota do Sol conecta os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul e é uma via de acesso ao litoral e à Serra Gaúcha, regiões fortemente turísticas.

pobres, depara-se com um contexto particularmente complexo, marcado por seus direcionamentos e, em caráter mais amplo, pelas escolhas da sociedade brasileira sobre as formas que utilizará para enfrentar seus principais desafios enquanto sociedade. Desafios que se referem, dentre outras coisas, à preservação dos recursos naturais, às escolhas tecnológicas face às exigências bioéticas, ambientais e sociais, às relações produção-consumo associadas à garantia da qualidade dos produtos e das formas de produzir e à eliminação da pobreza extrema.

As repercussões das mudanças estruturais do Estado estão começando a penetrar no universo de distintos indivíduos e grupos sociais do Litoral Norte do Rio Grande do Sul, mas as primeiras consequências desses processos já vêm sendo mediadas e transformadas por esses mesmos atores e estruturas locais. As iniciativas identificadas nesse sentido, como a comercialização em feiras livres, pregões e para cooperativas de consumo, no atual momento, mostram-se como uma via de resistência para muitas famílias de agricultores do território em face aos novos desafios. Justamente essa resistência é o que corrobora a reflexão de que essa dinâmica inovadora se refere a um processo constante de “aprender-fazendo”, não se tratando unicamente do resultado de uma relação de causa e efeito, a qual prospera meramente com o suporte do Estado.

## Referências

ANÇAÇÃO NASCENTE MAQUINÉ (ANAMA). **Quem somos**. Disponível em: <[http://www.onganama.org.br/quem\\_somos.htm](http://www.onganama.org.br/quem_somos.htm)>. Acesso em: 10 jun. 2015.

BELLEMARE G., KLEIN, J. L. (dir.). **Innovation sociale et territoire: convergences théoriques et pratiques**, Presses de l'Université du Québec, Sainte-Foy, 2011.

BONNAL, P. CAZELLA, A. A.; DELGADO, N. G. **Contribuições ao estudo do desenvolvimento territorial rural: reflexões metodológicas a partir do caso brasileiro**. Biblio 3W (Barcelona), v. XVII, n. 1002, 2012.

BRASIL. Lei nº 10.831, de 2003. **Dispõe sobre a agricultura orgânica**, Brasília, DF, 2003. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.831.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.831.htm)>. Acesso em: 19 jan. 2015.

CALLON, M. Éléments pour une sociologie de la traduction. **L'Année sociologique**, n. 36, p. 169-208, 1986.

CENTRO ECOLÓGICO. **Histórico.** Disponível em: <<http://www.centroecologico.org.br/historico.php>>. Acesso em: 10 jun. 2015.

COELHO-DE-SOUZA, G.; TEIXEIRA, A. R.; RAMOS, J.; SCHREIBER, N.; WIVES, D. G.; CRUZ, F. T.; SILVA, L. A. B. Novos territórios Rurais no Rio Grande do Sul: os Campos de Cima da Serra e Litoral – microrregiões. *In: V Seminário Observatórios, Metodologias e Impactos: Dados e Participação*, 2015, Unisinos, São Leopoldo, 2015.

COURLET C., PECQUEUR B. Districts industriels, systems productifs localisés et développement, *In: L. L. ABDEL MALKI; C. COURLET (ed.), Les nouvelles logiques du développement*, Paris, L'Harmattan, 1996, p. 91-101.

FONTAN, J. M. Développement Territorial et Innovation Sociale. *In: Innovation sociale et territoire. Convergences théoriques et pratiques*, Presses de l'Université du Québec, Sainte-Foy, 2011, p. 31-57.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico** – Brasil 2010, Rio de Janeiro. Disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em: 10 jul. 2013.

MEDEIROS, M. **Sendas da sustentabilidade no desenvolvimento rural**: os passos e os percalços da construção de um novo código sociotécnico em campo. Tese. Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas (PPGA), Universidade Federal de Santa Catarina, 2017.

METROPLAN. Disponível em: <[http://www.metroplan.rs.gov.br/conteudo/1356/?Perfil\\_dos\\_munic%C3%ADpios\\_da\\_Regi%C3%A3o\\_Metropolitana\\_de\\_Porto\\_Alegre\\_%28RMPA%29\\_e\\_Aglomerados\\_Urbanos](http://www.metroplan.rs.gov.br/conteudo/1356/?Perfil_dos_munic%C3%ADpios_da_Regi%C3%A3o_Metropolitana_de_Porto_Alegre_%28RMPA%29_e_Aglomerados_Urbanos)>. Acesso em: 07 abr. 2014.

MOORS, E. H. M.; RIP, A.; WISKERKE, J. S. C. The dynamics of innovation: a multilevel co-evolutionary perspective. *In: WISKERKE, J. S. C; PLOEG, J. D. van der (ed.). Seeds of Transition: essays on novelty production, niches and regimes in agriculture*. Assen: Royal van Gorcum, 2004, p. 31–56.

OOSTINDIE, H.; BROEKHUIZEN, R. The dynamic of novelty production. *In: PLOEG, J. D.; MARSDEN, T. (eds.) Unfolding Webs: The dynamics of regional rural development*. Assen: Van Gorgum, 2008. 262 p.

PECQUEUR, B. O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do Sul. **Raízes**, Campina Grande, v. 24, n. 1 e 2, p. 10-22, jan./dez. 2005.

PLOEG, J. D. van der.; BOUMA, J.; RIP, A.; RIJKENBERG, F. H. J.; VENTURA, F.; WISKERKE, J. S. C. On regimes, novelties, niches and co-production. *In*: WISKERKE, J. S. C.; PLOEG, J. D. van der (ed.). **Seeds of transition**: essays on novelty production, niches and regimes in agriculture. Assen: Royal van Gorcum, 2004, p. 1-30.

SABOURIN, E. **Camponeses do Brasil**: entre a troca mercantil e a reciprocidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SECRETARIA DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO (SAGI)/MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AGRÁRIO (MDSA). **PAA Data**, 2017. Disponível em:

<[http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/paa/2015/visi\\_paa\\_conab/pg\\_principal.php?url=quant\\_produto](http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/paa/2015/visi_paa_conab/pg_principal.php?url=quant_produto)>. Acesso em: 27 abr. 2017.

WISKERKE, J. S. C.; PLOEG, J. D. van der (org.). **Seeds of transition**: essays on novelty production, niches and regimes in agriculture. Netherlands: Royal van Gorcum, 2004, p. 1-28.